



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 036

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Valdir Rossoni
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Ratinho Júnior
PSC .....	Mauro Moraes

## Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
20 DE MAIO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado Padre Paulo Campos e pela senhora deputada Cida Borghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicações:**

**INDICAÇÃO Nº 32/2003**

Exmo. Sr. Secretário de Segurança

O deputado Barbosa Neto se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A criação e instalação da Delegacia de Homicídios na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos, a violência tem crescido assustadoramente em todo o País. Este é um fenômeno mundial.

Mas, Londrina, até então uma cidade com níveis de violência aceitáveis, ou, pelo menos dentro da média, vive o drama da onda crescente da insegurança. Um fenômeno que observou um salto muito grande para uma cidade com cerca de 500 mil habitantes.

Senão, vejamos: em 2000, foram 80 pessoas vítimas de homicídios; em 2001, houve um crescimento na ordem de 50% aproximadamente de assassinatos (129). Em 2002, o número saltou para 161 pessoas assassinadas. E antes da metade deste ano, o número de vítimas da violência por homicídios beira ao 100º assassinato, indicando que a cidade quebrará este triste e lamentável recorde. É cruel perceber que em 2 anos, houve um aumento de mais de 100% de vidas ceifadas principalmente jovens, se compararmos com Maringá, por exemplo que tem pouco menos habitantes que Londrina, possui uma média de 13 homicídios por ano.

Por isso, a necessidade urgente de conter estes dados alarmantes. Não que a criação de uma Delegacia de Homicídios possa inibir totalmente esses crimes, mas, uma estrutura especialmente montada para solucionar esses assassinatos proporcionará condições para coibir, pelo menos em parte, esses números terríveis.

**INDICAÇÃO Nº 33/2003**

Exmo. Sr. governador do Estado

A presente Indicação Legislativa objetiva sugerir a V. Exa., que se tome as devidas providências nos sentido de:

- Incluir na área de abrangência da Ciretran de Marilândia do Sul, os municípios de Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa atender inúmeros pedidos das populações dos municípios de Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom, buscam maior conforto para dirimirem seus assuntos concernente a trânsito, não precisando se deslocarem até o município de Apucarana, com percurso em muito superior.

É uma aspiração antiga dessas populações, pois para solucionarem problemas de regularização documental de seus veículos, se obrigam a terem gastos elevados para contar com o serviço público do Detran.

Certo de colher do governador do Estado a devida atenção, conclamo meu nobres pares desta Casa de Leis para que procedam o apoio a presente sugestão, por tratar-se de uma questão de mérito.

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 982**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 127, do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei 232/2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 977**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestões do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 255/2003 e 267/2003 aos Projetos de Lei nºs 97/2003 e 100/2003 (já anexados), que objetivam estimular o emprego de jovens e de pessoas com mais de 40 anos e instituir o Programa Emprego a Vida Toda.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 990**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja marcada uma Sessão Solene dia 24 de junho às 17h00, em comemoração aos 100 anos da Igreja Presbiteriana Independente no Brasil.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 980**

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido tempo de 30 minutos no horário do Grande expediente, da Sessão Ordinária de 03.06.2003 (terça-feira), para que um representante do Sindsaúde - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores em Serviço de Saúde Públicos Conveniados Contratados e/ou Consorciados aos SUS e Previdência do Estado do Paraná, faça uso da palavra, para discorrer assunto de interesse da categoria.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**REQUERIMENTO Nº 976**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 23 anos do Partido Democrático Trabalhista, que será completado no pró-

ximo dia 26, enaltecendo o presidente do Diretório Nacional do PDT, Leonel Brizola, e o presidente do partido no Paraná, Nelson Friedrich.

Requer ainda, envio de correspondência aos homenageados, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 983**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações a equipe de site Furacao.com (www.furacao.com), pela conquista do Top 3 do i-best, principal prêmio da internet brasileira.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) DURVAL AMARAL

**JUSTIFICATIVA:**

O voto de louvor e congratulações proposto, vem fazer justiça aos jovens atleticanos que com muita abnegação, com capricho profissional, mas ideais amadores, fazem do site Furacao.com um referencial do Atlético Paranaense na internet.

Pela segunda vez consecutiva, o site foi agraciado com a premiação entre os Top 3, na categoria pessoal/futebol do i best, o prêmio mais importante do gênero, considerado o "Oscar da Internet Brasileira".

Na figura dos administradores do site, Cleverson Freitas, Marçal Justen Neto e Sérgio Tavares Filho, além de Lorian Modzinski dos Santos e todos os demais colunistas e colaboradores que elevam, não só o nome do Atlético, como de toda a comunidade paranaense, faça enviar correspondência à Rua Maranhão, 1423 - ap. 11-B, bairro Água Verde - Curitiba - PR - CEP 80610-001.

**REQUERIMENTO Nº 984**

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao senhor governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando a revogação do Decreto nº 1247 de 12.05.2003, que extingue o curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEFG, em virtude da extrema importância que a formação de novos médicos teria para suprir às necessidades de Ponta Grossa e região, tão carentes que são de atendimento médico de qualidade.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(aa) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, VALDIR ROSSONI, PADRE PAULO CAMPOS, FERNANDO RIBAS CARLI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, CHICO NOROESTE, RENATO GAÚCHO, TADEU VENERI, MILTINHO PUPIO, LUCIANA RAFAGNIN, JOSÉ MARIA FERREIRA, DUR-

VAL AMARAL, NELSON GARCIA, RATINHO JÚNIOR, CLEITON KIELSE, DUÍLIO GENARI, LUIZ ACCORSI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, RAFAEL GRECA, HERMES FONSECA, PEDRO IVO ILKIV, DOUTOR LUCIANO, CARLOS SIMÕES, CIDA BORGHETTI, NEIVO BERALDIN, AUGUSTINHO ZUCCHI, ARTAGÃO JÚNIOR, JOCELITO CANTO, DELEGADO BRADOCK, FRANCISCO BÜHRER, PASTOR EDSON PRACZYK, HERMAS BRANDÃO, ANDRÉ VARGAS, ALEXANDRE CURI, NATÁLIO STICA, AILTON ARAÚJO, VANDERLEI IENSEN, MAURO MORAES E 03 ILEGÍVEIS.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 276/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Aciac - Associação Comercial, Industrial e Agropecuário de Cruzeiro do Sul, com sede e foro no município de Cruzeiro do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

A Aciac - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cruzeiro do Sul, fundada em 27 de julho de 2001, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e está localizada no município de Cruzeiro do Sul - Estado do Paraná.

Tem por objetivo congregar, defender e representar os interesses da livre iniciativa perante terceiros, empenhando-se a fundo no fortalecimento das classes empresariais e agropecuárias, e ainda, dentre outros objetivos, promover o desenvolvimento econômico e social do município e da região.

A Utilidade Pública em questão, faz-se necessária para que a Aciac ingresse junto a Faciap - Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná, para que assim venha a proporcionar agilização dos serviços aos associados e ainda, firmar convênio.

### PROJETO DE LEI Nº 278/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação Universitária de Pérola - AUP, com sede e foro no município de Pérola.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo grande trabalho desta entidade frente aos interesses gerais da comunicação estudantil, junto aos órgãos públicos e privados, integrando e dinamizando suas ações em busca do próprio desenvolvimento.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes pares a aprovarem o presente projeto, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade estudantil.

### PROJETO DE LEI Nº 279/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação declara Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual Professora Hildegard Sondahl, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo grande trabalho dessa entidade frente à sociedade, uma vez que visa melhorar a qualidade de vida da população em geral, principalmente a considerada carente, incentivando a melhoria do processo de educação.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes pares a aprovarem o presente projeto tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade do município de Santo Antonio de Platina.

### PROJETO DE LEI Nº 280/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. - Ficam introduzidas alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, em relação à mandioca.

Art. 2º - O lançamento do imposto incidente nas sucessivas saídas de mandioca e seus produtos, inclusive farinha e fécula fica deferido para o momento em que ocorrer:

I - saída com destino:

a) a outro Estado;

- b) ao exterior;
- c) ao consumidor.

§ 1º - Pode o contribuinte optar pelo diferimento previsto neste artigo ou destacar o imposto podendo o destinatário creditar-se do imposto cobrado nas operações anteriores.

§ 2º - Poderá o estabelecimento beneficiador e industrializador da mandioca, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de sua operação de saída dos produtos resultantes da mandioca, ainda que submetidos a outros processos industriais, opção essa que será declarada em termo no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo.

§ 3º - Condiciona-se a que a operação de saída seja tributada ou não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 4º - Não se compreende na operação de saída referida no parágrafo 2º aquela cujos produtos ou outros deles resultantes sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

Art. 3º - Fica reduzida a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com a mandioca e seus produtos, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 7% (sete por cento). (Convênio ICMS - 128/94, cláusula primeira).

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

A cultura da mandioca, no Paraná, vem aumentando de importância desde 1980, tendo alcançado a primeira posição nacional na safra 2000/2001. A área plantada foi de 21.000 hectares e a produção obtida chegou a 4.400.000 toneladas de raiz.

O Paraná se consagrou como maior produtor nacional, com participação de cerca de 18% (dezoito por cento) da produção, fundamentado basicamente porque o cultivo da mandioca é uma boa opção para os pequenos produtores na geração de renda e empregos e pela existência de grande número de indústrias, de modo especial as fecularias, que em sua maioria vieram transferidas do Estado de Santa Catarina.

Pelo fato de usar pouca mecanização, a cultura da mandioca apresenta uma elevada utilização de mão-de-obra no cultivo que em média chega a 0,2 homens por hectare. Considerando que a área ocupada na safra de 2000/2001, foi de 211.000ha, resulta em 42.200 empregos gerados ao longo do ano em nível de campo, e na agroindustrialização são gerados 5.000 empregos.

Desta forma, esperamos o entendimento e o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 281/2003 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - A Administração Pública do Estado do Paraná fica obrigada a instalar e manter creches nas escolas e colégios estaduais para os filhos e netos dos alunos que estudem nos cursos noturnos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que a evasão escolar ocorre em grande número na faixa etária de pré-adolescentes, muitas das vezes, em razão da gravidez precoce que atinge principalmente as classes sociais menos favorecidas. Assim, a presente iniciativa tem por objetivo incentivar e viabilizar a manutenção destes jovens nas escolas.

A medida de instalar creches nas escolas estaduais tornará possível o estudo, no período noturno, para os alunos que se encontram na situação descrita.

É dever do Estado garantir a tranquilidade das pessoas que desejam estudar e não encontram possibilidade em razão da existência de filhos em idade que necessitam atenção redobrada por parte dos pais. Tal garantia pode ser resolvida com uma ação simples, qual seja a instalação de creches nas escolas estaduais para os filhos dos estudantes.

#### PROJETO DE LEI Nº 284/2003 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado às empresas privadas auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais, podendo, em contrapartida, divulgar sua razão social ou marca no uniforme escolar.

§ 1º - A divulgação da empresa far-se-á em um único letreiro, em tamanho menor e ao lado ou abaixo da identificação da escola, antecedida da expressão - esta escola é auxiliada por -;

§ 2º - cada escola somente poderá ser auxiliada por uma única empresa.

Art. 3º - É vedada a destinação de recursos por empresas fabricantes de bebidas alcoólicas e de cigarros e seus derivados.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, empresa auxiliadora do ensino fundamental e médio é aquela que cumulativamente ou não, segundo montante mínimo do auxílio a ser definido em Assembléia Geral das Associações de Pais e Mestres das Escolas Públicas deste Estado:

I - Providenciar a confecção e distribuição gratuita do uniforme adotado pela escola;

II - responsabilizar-se pelas ações e respectivas despesas com a conservação e a manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos da escola;

III - Fornecer mobiliário, equipamentos de informática, de laboratório ou outros para estudos e pesquisas nas escolas;

IV - Prover e manter atualizada a biblioteca escolar, os programas, softwares e demais instrumentos de informática, inclusive acesso à internet, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do potencial intelectual de cada aluno;

V - fornecer aos alunos livros e demais materiais didáticos, em conformidade com a listagem oficial divulgada para cada ano letivo;

VI - custear as despesas para o aprimoramento técnico dos professores e funcionários administrativos da escola, respeitada a legislação específica sobre o aperfeiçoamento e a valorização do magistério.

Parágrafo Único - O aluno que não optar pelo uso do uniforme com a identificação da empresa, deverá fazer uso do uniforme oficial adotado pela rede pública estadual de ensino.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

São objetivos desta proposta de lei, entre outros, promover o incentivo à iniciativa privada no sentido de coadjuvar o Poder Público Estadual na sua missão de educar e formar o cidadão, viabilizando uma parceria com os mais variados segmentos econômicos, a cujos empresários será oferecido o caminho seguro e eficiente para o exercício da função social da empresa.

Na medida em que se permite à iniciativa privada partilhar com o família e o Estado os ônus financeiros da educação, se amplia ainda mais o acesso da população menos privilegiada economicamente aos estudos, seja no ensino fundamental seja no ensino médio, contribuindo-se, inclusive, para a redução da evasão escolar.

Aos mestres poderão ser oferecidas melhores condições técnicas para o exercício do magistério, estimulando o seu desenvolvimento e aprimoramento profissional, além de oferecer, para aqueles professores que a “duras penas” procuram promover ações sociais em benefício das escola e de seus alunos (tantas vezes sem os merecidos resultados), o instrumento adequado para que, de forma legal, transparente e mais produtiva, alcancem os solidários objetivos que os movem.

Às Associações de Pais e Mestres, cujo importantíssimo e indispensável papel no processo educacional aqui se reconhece, é atribuída uma efetiva participação no desenvolvimento e implantação da parceria com a iniciativa privada, em prol da educação no Estado do Paraná.

Mediante o sistema de cooperação proposto, também poderão ser oferecidas melhores e mais eficientes ferramentas para a aprendizagem, a informação, a ampliação e a diversificação do conhecimento, como patrimônio essencial e exclusivo do ser humano.

Importante salientar, finalmente, que o escopo deste projeto de lei não é o de, nem mesmo remotamente, eximir o Poder Público do seu dever constitucional de promover a educação, mas sim, e tão só, o de permitir à iniciativa privada a oportunidade de colaborar com o Estado e com a família, em conformidade com a recomendação de nossa Constituição Estadual, contida no dispositivo a seguir transcrito:

“Art. 177 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Neste primeiro momento da minha fala, quero cumprimentar o governo pelas atitudes que tem tomado na área ambiental, multando a Prefeitura de Curitiba de uma forma correta, multando a Sanepar, visitando *in loco* a questão de Araucária e sobretudo, no bairro do Tatuquara e também pelo trabalho que vem sendo feito no Parque das Lorácias, no município de Adrianópolis.

Ocupo a tribuna também para fazer um relato aos senhores deputados em relação à dívida do Banestado, que foi vendido, e o dinheiro foi repassado para o Banco Central para abater a dívida em torno de um bilhão e meio de reais. O Estado do Paraná já pagou mais um bilhão e setecentos milhões de reais de correção, prestação e juros e deve ainda seis bilhões, oitocentos e oitenta e três milhões de reais numa prestação mensal de quarenta e cinco milhões de reais, sendo que a última prestação vence em março de 2029.

Vejam os senhores deputados o tamanho do compromisso que o povo do Paraná assumiu por conta daqueles que deram dinheiro para quem não podia pagar, por conta daqueles que não pagaram a conta e evidentemente, por uma série de ações administrativas que temos que combater e brigar para que possamos diminuir a impunidade neste Estado e neste País.

Senhor presidente, ocupo a tribuna também para lembrar aos deputados que, desde 1988, na Constituição de 1988, aqui nesta Casa tentei acabar com o monopólio

de ônibus intermunicipal do Estado do Paraná. Nós sabemos que quem quiser viajar para o litoral tem uma única opção: a Graciosa. Quem quiser ir para o Norte do Paraná, a Garcia; a Oeste, a Sulamericana; e, para os Campos Gerais é a Princesa dos Campos. O monopólio é algo altamente prejudicial à população. A concorrência estimula a qualidade do serviço, e quem acaba ganhando é o usuário do transporte coletivo.

Estamos trabalhando em cima de um plano feito em 1950. Desde lá, ano a ano, tempo em tempo, ocupo esta tribuna para revelar à opinião pública do Paraná que possui o Estado um monopólio que é vergonhoso, que é ridículo.

Não precisamos prejudicar nem essa nem aquela empresa. Simplesmente podemos fazer uma concorrência para que a Garcia concorra com a Sulamericana e a Sulamericana com a Princesa dos Campos e outras empresas. Através de uma concorrência, poderiam entrar no mercado e veríamos e reveríamos essa planilha de custo que o governo, politicamente, muitas vezes sem a mínima lógica, dá o aumento como deu semana passada, de 23% do transporte intermunicipal. Ora, com a passagem de ônibus daqui a Cascavel a R\$59,00, ida e volta são R\$118,00, sem contar o que a empresa ganha com a bagagem, porque ela ganha praticamente o quanto ganha da passagem, pela bagagem que ela consegue levar para as diversas regiões do nosso Estado.

Então, acho que dá para ir daqui a Cascavel com um Gol. Uma pessoa sozinha ir e voltar com o mesmo dinheiro que se paga para ir dentro, evidentemente, de um ônibus lotado. Não tem lógica! A passagem de ônibus dentro do Estado está...

#### O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só queria fazer uma consulta, se já estamos no horário destinado aos partidos; eu iria pedir um aparte.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está agora no horário da liderança.

#### O Sr. Natálio Stica

Solicito um aparte ao orador.

(**Assentimento**)

Pedindo escusas pelo atravessado da palavra, quero me somar a V. Exa. na sua preocupação. Aliás, deputado Neivo Beraldin, o transporte vem, por muitos anos, numa política que precisa de uma renovação imediata.

Veja o senhor, que eu fui fazer uma tomada de preços de passagens aéreas para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, numa missão que farei por esta Casa, e pasme o senhor: a empresa Gol vai de Curitiba a Porto Alegre por cento e quarenta reais e alguns centavos. De Florianópolis a Curitiba, a única empresa que faz é a Varig por duzentos e noventa reais. Metade do caminho até Porto Alegre com o dobro do preço. Por quê? Porque só tem uma empresa, a Varig.

Já estou enviando uma carta à Gol, pedindo para que entre também nesse mercado, porque V. Exa. tem razão. O monopólio no transporte, seja rodoviário ou aéreo, leva a esses abusos que V. Exa denuncia aqui.

Parabéns, e tenha o nosso apoio.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Muito obrigado.

Senhores deputados, prestem atenção pelo que vou dizer: os contratos dos ônibus do Paraná estão vencidos, quase 100% deles!

O que fez o governo Lerner? Fechado no seu gabinete, alongou para até 2008 as concessões. Ora, isso parece uma brincadeira! Agora, 23% de aumento no transporte intermunicipal! Qual é o segmento que teve esse aumento? Baseado em quê, qual o argumento? Será que depreciou o ônibus 23% este ano? O Lerner foi bondoso ao extremo com o transporte intermunicipal, deu aumento, tanto é que a passagem está onde está no dia de hoje.

Então, o que estou solicitando à liderança do governo, que nos remeta a planilha para que este parlamentar e a sua assessoria, com a colaboração dos demais, possamos analisar esta questão do aumento da passagem de ônibus. Além do que sugiro à Mesa para que estude um decreto legislativo a fim de anular esse ato do ex-governador Jaime Lerner, que deu essa concessão por decreto através de uma concessão já vencida e que alongou os contratos das concessionárias de ônibus até 2008, por decreto.

Precisamos uma concorrência pública; precisamos regular essa situação. Não espero outra atitude do governo Requião senão aquela de realizar um novo plano de evidentemente tornar pública uma concorrência, a fim de que o nosso usuário de transporte coletivo intermunicipal possa ter uma passagem num preço mais justo e em um ônibus mais confortável.

Porque nós vemos, deputado Stica, os ônibus cada vez estão mais altos. Tem ônibus aí que tem dois andares. Sabe por quê? Porque embaixo tem um espaço enorme para a bagagem, que muitas vezes vai levando com sonegação de ICMS e, evidentemente, dando um lucro extraordinário para as empresas que detêm esse monopólio e que sempre se sustentam em cima da boa vontade de governante de plantão.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a deputada Elza Correia.

#### A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, companheiras e companheiros deputados.

Gostaria apenas de registrar - do ponto de vista de prestarmos conta das nossas atividades - que estivemos ontem acompanhando uma comitiva de Londrina, representada pelo secretário de Governo, Adalberto Pereira da

Silva, representando o prefeito Nédson; Leonildo Jaqueta, vereador e presidente do PMDB; Orlando Bonilha, presidente da Câmara; Luiz Batine, secretário de Governo de Londrina, fazendo aí uma visita a vários secretários, solicitando que os pleitos da cidade de Londrina e da região fossem atendidos.

Temos uma questão lá em Londrina muito grave, que é a duplicação de uma estrada chamada Carlos Straus, que também é preocupação do deputado André Vargas, que entrou até com um requerimento nesta Casa solicitando a duplicação desta avenida. O deputado Barbosa Neto também já manifestou sua preocupação com essa questão em Londrina.

Então, é preciso que se diga que há um trabalho efetivo dos deputados de Londrina e região, buscando atender os pleitos da nossa cidade. Evidentemente somos deputados do Paraná, temos que ter preocupação com o Paraná como um todo, mas às vezes as questões mais próximas de nós são de maior conhecimento e vivência cotidiana dos deputados.

Nesse sentido, conseguimos ontem que o secretário deliberasse imediatamente a elaboração do projeto que será feito junto com o DER e o IPPUL em Londrina, e vamos fazer uma emenda orçamentária este ano para que possamos, a partir do ano que vem, construir a duplicação daquela estrada que hoje causa vários problemas de acidentes e estrangula a conexão da Zona Norte com as outras regiões da cidade e inclusive com a zona rural de Londrina, e é um importante pólo gastronômico, com vários restaurantes, uma região importante do ponto de vista turístico, que não acontece em função da falta de duplicação desta estrada.

Da mesma forma, gostaria de colocar que temos no nosso gabinete - estamos acompanhando com bastante rigorosidade - emendas orçamentárias de vários deputados que já não estão mais aqui conosco, deputados da nossa região e que nós assumimos, junto com outros companheiros essas emendas, para que possamos continuar batalhando para efetivar e realizar essas obras tão importantes para a cidade de Londrina e para a região Norte do Paraná.

Acho importante consignar a esta Casa estes registros, até porque é desta forma que prestamos conta do nosso trabalho e é importante deixar registradas essas ações e essas atividades. Então, estamos mantendo contato inclusive com alguns deputados que já não estão aqui, dizendo a eles que estamos assumindo aquelas emendas e vamos continuar batalhando, vamos continuar trabalhando no sentido de viabilizarmos aquelas ações.

É importante registrar também que apesar de estarmos sendo bem recebidos pelos secretários, sabemos que estamos contando com o orçamento que já estava aprovado, e às vezes não é possível atender imediatamente. Nós fazemos esse registro também, porque sabemos que às vezes algumas pessoas colocam, como foi ontem colocado em um veículo de comunicação em Londrina, que isso não adianta nada. O que adianta discurso? O que adi-

anta a gente correr atrás dos secretários, para pedir que se empenhem? Adianta muito! Essa é a nossa função; temos que fazer isso, porque, se não está incluído no orçamento deste ano, temos que fazer todo o esforço para que seja incluído no orçamento do ano que vem. É assim que se faz política: às vezes apanha porque não faz, apanha porque faz. Temos que sublimar essas questões e fazer efetivamente o que tem que ser feito.

Essa é a missão e a tarefa dos deputados estaduais. Conhecemos a realidade do nosso Estado e intervimos sempre que necessário e preciso. Uma forma de intervenção é de fato irmos até as secretarias, conversarmos com os secretários e colocarmos a realidade. Entendo que é assim que temos que fazer. Acho que às vezes há também um pouco de falta de compreensão, de qual é o nosso papel, dos limites das nossas ações parlamentares. Não somos executivos. Somos agentes interlocutores da população.

Às vezes, os nossos limites de poderes impedem que a gente faça muita coisa. A população às vezes não tem esse conhecimento.

Por isso a importância de os parlamentares estarem sempre falando sobre as suas ações e justificando o seu trabalho, porque é assim que temos que ajudar a construir um novo Estado do Paraná, falando, cobrando, insistindo e fazendo a necessária intervenção política para mudar o rumo da história do Paraná.

Era isso, senhor presidente, nobres companheiros.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado André Vargas.

#### O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa, paranaenses aqui presentes.

Faço uso da palavra para reforçar o que a deputada Elza Correia coloca, da necessidade de nos juntarmos. Sempre tenho dito que nós, não só os deputados de Londrina, mas há deputados que têm uma base eleitoral muito mais forte, em um determinado município, para advogar as causas daquela cidade, daquela região - isso garante uma efetividade. Não há como negar que se os deputados devem defender teses do ponto de vista do aprimoramento da legislação, o Estado do Paraná também aprimora o seu orçamento com a sensibilidade que os deputados têm de estar representando os prefeitos e a população, superando as dificuldades estabelecidas nas eleições passadas ou, eventualmente, nas eleições futuras.

Faço uso da palavra, senhor presidente, para restabelecer - acredito que isso está colocado - com relação ao debate sobre o ensino superior no Estado do Paraná. Hoje de manhã, recebi uma ligação da nossa reitora Ligia Puppato, reitora eleita na Universidade Estadual de Londrina, preocupada com o enviesamento do debate em relação ao ensino superior. Sugiro que a Comissão de



Educação desta Casa chame o debate, pautado na racionalidade, para entendermos o que significa esse segmento importante e o que significaria a eventual federalização de alguma faculdade existente. Ou a atração para o Paraná de uma universidade federal, pois há regiões em que a ausência de uma integração maior, entre as faculdades isoladas, já que houve a extinção da Unespar, portanto, colocando o máximo de racionalidade nesse debate.

Falei hoje ao final da manhã, com o deputado Ratinho Júnior exatamente sobre isso, que nós deveríamos, aqui na Assembléia, pois os debates feitos nos momentos acalorados da nossa Sessão Plenária são insuficientes, para analisarmos com profundidade as carências do ensino superior.

Não há como negar que os recursos públicos do passado, dos oito anos de liberalismo absoluto foram quase que integralmente destinados à criação de universidades particulares que se transformaram numa verdadeira indústria de certificado de curso superior, empregadores de milhares de professores mas também exploradores dos sonhos legítimos da juventude paranaense que quer estudar. Há que se discutir inclusive o modelo de acesso à universidade, porque os jovens pobres, excluídos, filhos de trabalhadores, a grande maioria, estudam em faculdades privadas! Portanto, debater a questão do ensino superior não se restringe a quem financia ou a quem não financia o ensino superior; é estar integrado no debate nacional, no debate da inserção do jovem, não só no mercado de trabalho como também no acesso ao conhecimento e à cultura!

Por isso entendo que os companheiros, membros da Comissão de Educação desta Casa deverão, já que o assunto está pautado, não pelo viés da profundidade que merece, mas pautado numa superficialidade momentânea, que interessadamente foi provocado especialmente por dois deputados jovens que também sentiram e sentem na pele, no cotidiano, a falta de acesso da nossa juventude ao ensino superior.

Por isso, senhor presidente, para concluir, sugeri e vou encaminhar com o deputado Ratinho Júnior, deputado Barbosa Neto, deputado Jocelito Canto. Devemos provocar e todos nós participarmos deste debate sistemático, do aprimoramento do ensino superior do Estado do Paraná. Aí, enfim, propostas de uma eventual campanha para atrair ao Paraná uma universidade federal e há que se concordar que o Paraná não só foi excluído ao longo dos anos do ponto de vista dos recursos federais, na instalação de universidades, como de resto de outras questões.

A responsabilidade pode estar no governo federal, na co-relação de forças entre os Estados, mas também na ausência de um projeto político claro, no Paraná, que una os diversos políticos paranaenses.

Nós, por estes dias fizemos um movimento, e eu questionava alguns aspectos no sentido de termos alguém no Supremo Tribunal Federal.

Eu dizia que o que nos falta é jogarmos juntos, é pensarmos seriamente no Paraná. Parte do Paraná se referencia muito mais em São Paulo do que em Curitiba.

Concedo o aparte ao meu companheiro, deputado Stica.

#### **O Sr. Natálio Stica**

Quero me somar a V. Exa. no seu pronunciamento.

O tema que V. Exa. traz é de grande importância para o futuro, não só do Paraná como do Brasil, porque a Educação é o caminho, e nós precisamos, sim, trazer esses que estão excluídos da sociedade como um todo, e também em particular, na Educação.

Quero, ao mesmo tempo, deixar aqui de pública a minha posição de que, se for mantida a proposta do deputado Neivo Beraldin, de um voto de repúdio à reitora da Universidade de Londrina, a companheira Ligia Puppato, eu estarei votando contra, porque conheço a índole e o caráter da Ligia Puppato e tenho certeza que ela não mudou os termos ali apresentados; talvez algum equívoco.

Portanto, estarei votando contrário, mas espero que seja retirado, antes da discussão, esse voto de repúdio.

Muito obrigado.

#### **O SR. ANDRÉ VARGAS**

Deputado Stica, falei com a reitoria e ela escreverá um artigo onde explicitará suas idéias. Quem conhece a reitora, ex-deputada e ex-vereadora Lígia Puppato, que já esteve nesta Casa e muito dignificou este Parlamento, certamente votaria contra uma proposta não pautada exatamente no confronto da verdade.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

V. Exa. me concede um aparte?

Deputado, gostaria de saber se a reitora de Londrina, efetivamente declarou ser contrária à federalização da universidade.

#### **O SR. ANDRÉ VARGAS**

Deputado, ela é contrária, eu sou contrário, as pessoas que pensam e analisam não podem apenas ter posições de ser favorável ou contrário; precisamos debater o ensino superior, não pela superfície, não a partir da crise. Falei com o deputado Ratinho Júnior, exatamente as minhas posições e poderíamos sim, ter em bases racionais, a eventual federalização da UEL ou a Universidade de Ponta Grossa.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

V. Exa. me concede um aparte?

Deputado André Vargas, sei que V. Exa. pelo que demonstra na tribuna, amigo da reitora, e este parlamentar não tem nada contra ela e nem tampouco ao vice-reitor. Acho que a bandeira de federalizar uma universidade do Paraná é mais que justa, tendo em vista que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e em todos os outros Estados o Governo Federal se faz muito mais presente na educação, e o ônus que o Estado do Paraná tem com as universidades estaduais é um preço bastante elevado, que,

esse dinheiro que vai para as universidades estaduais poderia ser aplicado no ensino médio, no ensino básico. Enfim, poderíamos usar melhor esse dinheiro para a população mais carente do Estado do Paraná.

Então, a bandeira de federalizar uma universidade não há de ser deste ou daquele deputado; tem que ser unanimidade do Paraná. Lógico que se a reitora se manifesta contra, é evidente que este parlamentar não consegue entender por que é que alguém que administra uma universidade estadualizada prefere continuar com ela estadualizada, que depende do Tesouro do Estado e que não depende do Governo Federal. Quer dizer, não tem lógica!

Temos que lutar para aumentar a nossa condição de ajudar o ensino básico do Paraná e, evidentemente a federalização não de uma, mas talvez duas ou três, seria o grande caminho para desonerar a folha do Estado.

É a nossa bandeira, é essa a nossa posição.

#### O SR. ANDRÉ VARGAS

Lamentamos não poder ceder todos os apartes que gostaríamos. Vivemos numa sociedade democrática. A reitora tem o direito de ter posição como este deputado. Vivemos num momento de debate, não há nenhum fator conclusivo, aqui, que aponte que a saída da questão do ensino superior seja a federalização. Sou contrário porque acho que estamos vendo as aparências. Daqui há pouco teremos problemas na polícia; vamos torná-la federalizada. Temos problemas no saneamento, vamos atrás do governo federal! O povo do Paraná tem condições de compromisso e de coragem para resolver os seus problemas. Temos um governador comprometido e certamente não será na primeira dificuldade que nos acovardaremos e vamos recorrer ao Governo Federal para, em parceria com ele e o Governo Estadual, acharmos as saídas para os problemas graves que o Paraná já enfrenta.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Rafael Greca.

#### O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Neste momento comunico a esta Assembléia a minha desfiliação do Partido da Frente Liberal, ao mesmo tempo que coloco uma pedra de esquecimento sobre aqueles que pagaram com traição o bem que lhes fiz. Na minha decisão, considero o afastamento do PFL de Curitiba, nas bases populares. O crescimento da rejeição da atual administração municipal de Curitiba e o engessamento equívoco e preocupante da direção do PFL da minha cidade, que contrariando a decisão nacional de fazer a convenção municipal a 08 de março passado, não se oxigenou uma convenção municipal democrática e popular, e vive temente da espada de Dâmocles, com comportamentos distantes dos padrões éticos na eleição municipal

do ano 2000, a não realizar consultas populares e não permitir as filiações da gente do povo. A legenda deixa de ser vivida. O brilhante e saudoso escritor paranaense Jamil Sene, parodiando Nitis nos ensinou “uma legenda que não possa ser vivida como verdade, deixa de ser legenda. Deixa de ser verdade: torna-se uma mentira”. Portanto, na busca da verdade, este motivo da minha desfiliação no Paraná, do Partido da Frente Liberal.

Esta posição de desacordo político com algumas lideranças locais, repudiadas pela maioria da população de Curitiba e do Paraná nas últimas eleições, não me impede de continuar dedicando apreço pessoal aos senhores Jorge Borhausen, Marco Maciel, Cesar Borges, Roseana Sarney, José Agripino Maia e a tantos outros ilustres brasileiros, como o meu amigo e prefeito Antonio Ambassay, da cidade de Salvador, o governador Paulo Souto e o secretário de Turismo da Bahia, Paulo Galdense, com quem trabalhei na revitalização da cidade de Porto Seguro, que compõem a agremiação. E a muitos outros membros dos quadros nacionais e locais do PFL, mas quero dizer que sempre fui muito mais distinguido nacionalmente pelo Partido, do que no nosso amado Paraná.

Fui impedido por expúrios acordos brancos nas eleições de 98 e 2002, de colocar o meu nome a serviço do PFL nas disputas majoritárias, apesar de ter dado ao Partido a maior votação proporcional para deputado federal na história do Brasil moderno.

Ao deixar a Prefeitura de Curitiba, ao ingressar no partido, tornei-me refém das ambições e interesses locais que hoje percebo inconfessáveis. A recente história partidária não precisa ser repetida e não é o único motivo do meu desligamento. Faço sem ressentimentos, esqueço o passado, olhos postos no futuro. Confesso também que fui conquistado pela sensibilidade social do governador Roberto Requião. Sinto-me compelido e apoiá-lo a caminhar ao seu lado, alinhado com forças populares na obra de reconstrução do Paraná, para o qual sonhamos o mais belo dos destinos, sagrada terra, amada gente do Paraná, a quem dedicamos nossa vida e o nosso sonho, terra a que nos dedicaremos sem entranhas de posse, com a generosa essência de dádiva.

Servirei ao povo do Paraná, por um tempo sem partido, mas com os mais puros dos ideais. Assim seja.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PS, PP, PMDB, PFL, PSDB, PTB, PSB, Liderança do Governo e Liderança da Oposição.

(**Declinam**).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Pela ordem, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, fui informado que o Grande Expediente estava cedido à deputada Arlete Caramês, para que alguém ocupasse esse espaço.

Gostaria de indagar a Mesa, por que é que não foi ocupado?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Realmente, estava ocupado e iria falar no Grande Expediente a presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB, Dra. Márcia Caldas Velloso, que por problemas de última hora nos comunicou da sua impossibilidade de aqui vir, razão pela qual foi cancelado.

Sobre a mesa, Indicação nº 32/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a criação da Delegacia de Homicídios em Londrina. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 33/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente, sugerindo a inclusão dos municípios de Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom, na área de abrangência da Ciretran do município de Marilândia do Sul. **À Comissão de Segurança Pública.**

Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do ex-deputado Durval Amaral, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do ex-deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

## ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 001/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a utilização de programas abertos pela administração direta, indireta e funcional no Estado do Paraná. Em anexo projeto de Lei nº 018/2003. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DOS  
PROJETOS DE LEI Nºs 001/2003 e 018/2003  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do

Estado do Paraná, bem como os órgãos autônomos e empresas sob o controle estatal utilizarão, preferencialmente, programas abertos de computador e programas de computador com licenças proprietárias, fundada a opção em motivos de conveniência e oportunidade administrativa, sólidas garantias e no resguardo do interesse público.

Art. 2º - Entende-se por programa aberto de computador aquele cuja licença de uso não restrinja sua distribuição, cessão, utilização ou alteração de suas características originais, assegurando ao usuário acesso irrestrito e sem custos adicionais ao seu código fonte, permitindo a alteração parcial ou total do programa para seu aperfeiçoamento ou adequação.

§ 1º - Para fins de caracterização do programa aberto, o código fonte deve ser o recurso preferencial utilizado pelo programador para modificar o programa, não sendo permitido ofuscar sua acessibilidade, nem tampouco introduzir qualquer forma intermediária como saída de um pré-processador ou tradutor.

§ 2º - Quando da aquisição de softwares proprietários, será dada preferência para aqueles que operem em ambiente multiplataforma, permitindo sua execução sem restrições em sistemas operacionais baseados em software livre.

Art. 3º - Entende-se por programa com licença proprietária aquela cuja licença de uso implica em pagamento de licença pela propriedade intelectual de sua criação, e que apresenta garantia do fabricante com relação a sua eficácia e exata utilização.

Art. 4º - O programa aberto deve assegurar ao usuário o acesso irrestrito ao seu código fonte sem custos, podendo o programa de computador ser modificado para o seu melhor funcionamento.

§ 1º - O código fonte deve ser utilizado como recurso para alteração do programa aberto, vedada a introdução de formas intermediárias de acesso.

§ 2º - Não poderão ser utilizados programas cujas licenças:

I - impliquem em qualquer forma de discriminação a pessoas ou grupos;

II - sejam específicas para determinado produto impossibilitando que programas derivados deste tenham a mesma garantia de utilização, alteração e distribuição;

III- restrinjam outros programas distribuídos conjuntamente.

Art. 5º - A licença do programa aberto poderá restringir somente a distribuição do código fonte em forma modificada, caso autorize a distribuição de programas alternados em conjunto com o código fonte original, para alteração do programa durante o processo de compilação.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo permitirá a distribuição de programa compilado a partir

do código fonte modificado, podendo exigir que os programas derivados tenham diferentes nomes ou números de versão para distingui-los do original.

Art. 6º - Os programas abertos utilizados pela administração direta no Estado do Paraná não poderão ter licença específica para um único produto, possibilitando que os programas extraídos do original tenham também livre alteração, distribuição ou utilização.

Art. 7º - Quando promover alteração de programa aberto de computador, a administração pública direta manterá a indicação do programa original e esclarecerá o usuário sobre a modificação introduzida, bem como o informará sobre eventuais custos relativos a manutenção, serviços de reparo, assistência técnica, comunicação e suporte técnico.

Art. 8º - Será permitida a contratação e utilização de programas de computador com restrições proprietárias ou cujas licenças não estejam de acordo com esta lei, nos seguintes casos:

I - quando o software analisado a contento o objetivo licitado ou contratado, com reconhecidas vantagens sobre os demais softwares concorrentes, caracterizando um melhor investimento para o setor público;

II - quando a utilização de programa livre e/ou com código fonte aberto causar incompatibilidade operacional com outros programas utilizados pela administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Estado, ou órgãos autônomos e empresas sob o controle do mesmo.

Art. 9º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.05.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

## ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/2003 de autoria do deputado Nelson Justus, que altera a redação da Lei nº 9.148, de 15 de dezembro de 1989, que declarou de Utilidade Pública o Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 014/2003, de 02.04.2003).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 171/2003

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Nelson Justus, tem por objetivo alterar a redação da Lei nº 9.148, de 15 de dezembro de 1989, que declarou de Utilidade Pública o Conselho das Entidades

Sociais Particulares de Curitiba, que através de decisão de sua Assembléia Geral, passou a denominar-se Conselho de Entidades Sociais do Paraná - Consesp.

Ocorre que na elaboração do projeto foi trocada a expressão Conselho por Instituto.

Sendo assim, apresentamos Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 171/2003, para que o mesmo possa seguir sua tramitação normal nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ PROJETO DE LEI Nº 171/2003

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 9.148, de 15 de dezembro de 1989, que declarou de Utilidade Pública o Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba, que passará a vigor com a seguinte redação:

“Art 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Entidades Sociais do Paraná - Consesp, com sede e foro nesta Capital.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

## O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento nº 982 de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 984, de autoria dos deputados Luiz Fernandes da Silva Litro, Valdir Rossoni, Padre Paulo Campos, Fernando Ribas Carli e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado por unanimidade.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 976 de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 977 de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 980 de autoria do deputado Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 983 de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 990 de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 975 de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Atendendo às inúmeras solicitações de apelo, retiro o requerimento. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 227/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 012/2003.

Levanta-se a Sessão.

#### Ata de CPI:

##### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO BANESTADO ATA DA 11ª REUNIÃO

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Ple-narinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados mem-bros: Elza Correia, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo Ilkiv, Ailton Araújo, Francisco Bühner e Valdir Leite. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos com a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. O presi-dente da Comissão agradeceu a presença dos depoentes, o senhor José Henrique Fredrich, ex-operador do Banes-tado e o senhor Manoel Campinha Garcia Cid, ex-presi-dente do Banco do estado do Paraná que respondem às indagações dos deputados presentes constante das notas taquigráficas que passam a integrar esta Ata. Nada mais

havendo a tratar o senhor presidente encerrou os traba-lhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assi-nada pelo senhor presidente, demais deputados presentes à reunião e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

#### Ata de Comissão Permanente:

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e três, às 14h00, na sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Elza Correia, Rafael Greca e José Maria Ferreira, presidindo a reunião, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária a ser submetida à apreciação desta, conforme pauta: Primeira-mente o senhor presidente solicitou à secretária da Comissão a leitura da Ata da reunião anterior. Na seqüên-cia o senhor deputado Francisco Bühner, pede dispensa e todos aprovam; após isto, deu continuidade à pauta: 01) Projeto de Lei nº 16/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que objetiva tornar obrigatório a realização de plebiscito anual para decidir sobre a conveniência de se realizarem obras e serviços de grande vulto. Parecer: FAVORÁVEL, na forma das emendas modificativas ane-xas. Submetido à apreciação, foi APROVADO. Relatora: deputada Elza Correia. 02) Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que objetiva alterar a Lei nº 13.131, de 16 de abril de 2001, que autori-zou o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibi-porã. Parecer: FAVORÁVEL, na forma da emenda modificativa; sendo votado foi APROVADO. Relatora: deputada Elza Correia. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, demais depu-tados e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comis-são.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA- Presidente  
Sandra Zampier - Secretária